

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Paulo Henrique Saraiva Câmara – Governador Carlos André Cavalcanti - Secretário de Sustentabilidade e Meio Ambiente Paulo Teixeira de Farias - Secretário Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH

Diretor Presidente - DPR Eduardo Elvino Sales de Lima

Diretor de Controle de Fontes Poluidoras - DCFP Hellder Hallender Cruz Nogueira

Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos – DGTRH Nelson José Maricevich

Diretor Técnico Ambiental - DTA Paulo Henrique Camaroti

Diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade - DRFB Patrícia Ferreira Tavares

Rua Santana, 367, Casa Forte – Recife - PE – CEP: 52.060-460
Telefone: (81) 3182-8800
www.cprh.pe.gov.br cprhacs@cprh.pe.gov.br
http://www.facebook.com/CPRHPE
Ouvidoria Ambiental: (81) 3182-8923 - ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br

APRESENTAÇÃO

A Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH apresenta, em forma de relatório, o que foi realizado na gestão 2015-2018.

Nossas metas foram atingidas e o planejamento para o ano de 2019 está delineado, comprometido na prestação do serviço público.

Nossa missão é a defesa ambiental do Estado de Pernambuco e, embora todas as dificuldades advindas da crise econômica, com repercussão em todas as áreas de atuação humana, a CPRH cumpriu com o que se determinou a realizar. Assim, este Relatório apresenta as conquistas e os desafios superados por todos que fazer a Agência

QUEM SOMOS.

A Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH é uma entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), integra a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente, exclusivas e concorrentes da competência do Poder Executivo.

A Agência é detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

Na conformidade da Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, a CPRH é responsável pela execução da política estadual de meio ambiente. Tem por finalidade promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente no Estado de Pernambuco, visando ao desenvolvimento sustentável mediante a racionalização do uso dos recursos ambientais, da preservação e recuperação do meio ambiente e do controle da poluição e da degradação ambiental.

A CPRH age no controle de fontes poluidoras, na proteção e conservação dos recursos naturais, na educação ambiental como ferramenta para a gestão ambiental, bem como no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Para exercer as suas funções, a CPRH atua mediante os seguintes instrumentos de política ambiental: licenças ambientais e autorizações, fiscalização, monitoramento e educação ambiental.

A CPRH integra também órgãos e conselhos ambientais de níveis nacionais e internacionais, por composição legal definida ou por conquista política. Em ambos os casos, a Agência contribui para a elaboração de políticas públicas e de projetos de gestão de meio ambiente com base na responsabilidade ambiental.

Missão - Exercer a gestão e o controle do meio ambiente em Pernambuco, visando assegurar sua sustentabilidade e contribuir para a melhoria de qualidade de vida e o desenvolvimento da consciência socioamiental.

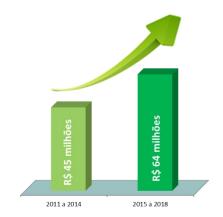
Visão - Ser reconhecida como instituição de credibilidade e excelência no controle de gestão ambiental.

Valores - Conhecimento técnico-profissional de compromisso ético a serviço do meio ambiente.

AÇÕES DE GOVERNO

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO ESTADO

.COMPENSAÇÃO AMBIENTAL





Ao longo do período de 2015 a 2018, a CPRH aplicou o montante de aproximadamente R\$ 64 milhões, oriundos da fonte de compensação ambiental, em ações voltadas para o beneficiamento e fortalecimento das Unidades de Conservação (UCs) de Pernambuco. Os recursos foram aplicados em ações/atividades como a criação de novas UCs, fiscalização, educação ambiental e demais áreas detalhadas abaixo.

AÇÕES/ATIVIDADES	VALOR (R\$)
OBRAS E INFRAESTRUTURA	54.874.957,65
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UCS	1.312.022,59
EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	1.637.523,36
FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E PESQUISA	4.372.223,52
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.263.334,05
TOTAL	64.460.061,17



O resultado desse investimento estratégico é observado através do aumento das áreas protegidas no Estado de Pernambuco. Atualmente o estado possui cerca de 220 mil hectares destas áreas, voltadas para a conservação e preservação da biodiversidade do estado. Foram contempladas novas Unidades de Conservação nos biomas caatinga, Mata Atlântica e ambiente marinho.

.EFICIÊNCIA NA FISCALIZAÇÃO



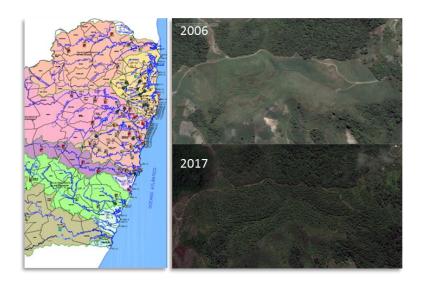


Com os esforços envidados em favor da melhoria da eficiência das ações de fiscalização, foram lavrados cerca de 6.000 autos de infração pela equipe de fiscalização da CPRH durante o período de 2015 a 2018. Representando um aumento de 89% referente ao período passado. Esse resultado é fruto também da desburocratização da autarquia, o que proporcionou uma maior dedicação às atividades de fiscalização e combate aos crimes ambientais, e a garantia da regularidade dos empreendimentos/atividades pela equipe técnica da CPRH.



Detalhando as autuações do ano de 2018 por tipo de penalidade aplicada, observa-se que na maior parte dos autos lavrados (66%) foi aplicada a penalidade de multa, seguida da suspensão ou cancelamento de registro, licença ou autorização.

.MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL



Uma das competências da Agência de Meio Ambiente, o monitoramento da qualidade ambiental é uma importante área de atuação da CPRH para a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco. Neste sentido, a autarquia exerceu com eficiência sua atribuição de monitoramento ambiental através, principalmente, de ações como:

- Monitoramento da Qualidade das águas das Bacias Hidrográficas e Reservatórios (Qualiagua);
- Monitoramento Florestal;
- Balneabilidade das Praias:
- Monitoramento da Qualidade do Ar em SUAPE;
- Execução de projetos de monitoramento das Emissões dos GEE;
- Monitoramento dos resíduos sólidos;

- Reestruturação do Programa de Respostas Rápidas a Acidentes com Produtos Químicos Perigosos – P2R2;
- Programa de Gestão da Qualidade Ambiental PGQA;
- Publicação de Instrução Normativa que define o benefício da progressividade para adequação das prestadoras de serviços de saneamento no estado.





Neste contexto, uma das ações que merece destaque refere-se ao lançamento do aplicativo #DeuPraiaPE. Disponível para as plataformas Android e IOS, o aplicativo tem o objetivo de melhorar a acessibilidade das informações sobre balneabilidade para a sociedade, informando quais os pontos monitorados que se encontram próprio ou impróprio para banho. Ademais, o aplicativo integra as informações de balneabilidade com dados de meteorologia, além de exibir fotos e orientações de como chegar aos pontos monitorados.

.CONSTRUÇÃO DO NOVO LABORATÓRIO DA CPRH





Com recursos oriundos do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca, a construção do Novo Laboratório da CPRH trará novos equipamentos e melhores condições para a execução das análises químicas pelos técnicos especializados da Agência. Com ordem de serviço prevista para fevereiro de 2019, considerando o projeto executivo elaborado, a expectativa é que, após a

conclusão da obra o laboratório torne-se um dos melhores do Brasil, sobretudo contemplando a acreditação dos procedimentos junto aos órgãos de controle.

CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES (CETAS TANGARÁ)





GESTÃO DA FAUNA +R\$ 1,5 milhão/ Ano

O Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas Tangara) abriga animais em reabilitação e conta com clínica veterinária equipada e bloco cirúrgico, setor de internação com 12 recintos, sala de triagem para animais recém-chegados, quarentena, berçário, escritório da administração, despensa e setor de manipulação/preparação de alimentos.







Localizado na Região Metropolitana do Recife, o Cetas Tangara recebeu mais de 30 mil animais durante o período de 2015 a 2018. Só em 2018 o número de acolhimento de animais silvestres foi de 13.406, a maioria aves e, grande parte delas, vítima do tráfico, significando um aumento de 4.253 entradas (46,46%) em relação a 2017. O número de solturas, quando os animais são devolvidos ao habitat natural e que em 2017 foi de 5.454, subiu para 6.819, num aumento de 25%.

Do total de acolhimentos de 2018, 7.662 (77%) foram provenientes de apreensões, o que reflete a intensificação do combate ao tráfico e comércio ilegal de animais

silvestres no Estado, em parcerias da CPRH com a CIPOMA, DEPOMA, brigadas municipais e outros órgãos. O número de entregas voluntárias foi de 644 (6%).



Apreensão de animais silvestres

Com menos de dois anos de sua inauguração, o Cetas Tangara ganhou **reconhecimento nacional.** Em abril de 2018 a sua experiência foi apresentada em um dos temas principais do 1º Encontro Nacional de Centro de Triagem de Animais Silvestres (ENACS), realizado no Parque Anhanguera, em São Paulo. Ficou decidido que o próximo ENACS será realizado no Recife.







O projeto-pesquisa para a fabricação de próteses 3D para possibilitar mais qualidade de vida a animais mutilados, uma parceria do CETAS com professores e pesquisadores da UFRPE, teve etapa significativa em 2018, tornando-se uma realidade: a primeira peça, beneficiando um jabuti que teve o casco queimado, foi apresentada em novembro, durante seminário realizado no Centro de Biociências da UFPE, dentro da

programação da Semana da Biodiversidade, promovida pela CPRH. Projeto da Prótese 3D foi apresentado em seminário pela médica veterinária, professora e pesquisadora Maria Cristina de Oliveira.

.POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO

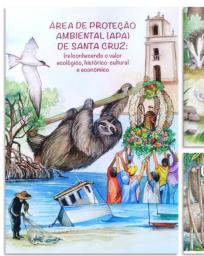
A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de Pernambuco (SEMAS) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA/PE) realizaram 3 Seminários em 2017 do processo de construção da Política de Educação Ambiental de Pernambuco. A previsão é que o processo seja concluído em 2018 com 17 Encontros no total.







Novembro de 2018 marcou a Semana da Biodiversidade de Pernambuco, realizada pela Semas e CPRH. Na programação, campanha de entrega voluntária de animais silvestres, palestras, apresentação de pesquisas científicas, trilhas ecológicas, lançamento de livros, atividades de Educação Ambiental e o lançamento de vídeos sobre a história de cinco Unidades de Conservação do Estado: APA de Guadalupe, RVS Matas do Sistema Gurjaú, Mata da Pimenteira, APA de Santa Cruz e ESEC Caetés.







Além da produção de vídeos, essas Unidades de Conservação fecharam 2018 com as ações do edital público de 2016 em andamento, como exposições fotográficas, produção de publicações educativas e o fechamento dos **cursos de Agentes Populares em Educação Ambiental**, com intervenções nas áreas das UCs. O investimento realizado com recursos da compensação ambiental no período de 2015 a 2018 totaliza um valor de R\$ 2.263.334,05.

.ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) RECIFES SERRAMBI

Em 2018, através do Decreto nº 46.052, o Estado ganhou mais uma unidade de conservação e a primeira exclusivamente marinha: A Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Recifes Serrambi. A iniciativa visa a proteção dos ambientes marinhos e costeiros, a conservação da biodiversidade e da beleza cênica, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais da região, além do ordenamento de atividades como o turismo, o lazer e a pesca artesanal.

.PRÊMIO VASCONCELOS SOBRINHO 2018

Em sua 28ª edição, o Prêmio Vasconcelos Sobrinho é uma homenagem que o Governo de Pernambuco — por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) e da CPRH — presta, anualmente, a pessoas físicas, empresas e instituições que realizam projetos com o objetivo de promover a melhoria das condições ambientais ou desenvolvam ações socioambientais. Lembra o legado do pernambucano João Vasconcelos Sobrinho (1908-1989), um dos pioneiros na área de estudos ambientais no Brasil.

Os projetos premiados em 2018 por categoria foram:

Bem-Estar Animal

✓ Trilogiabio – André Luiz

Destaque Empresarial

✓ Como tornar possível resíduo zero – Flávia Moura (ASA)

Destaque Municipal

✓ Estádio Sustentável – Elias da Silva (Afogados da Ingazeira)

Imprensa

 ✓ Divulgação de notícias de cunho ambiental – Tatiana Marques Portela (PorAqui Aldeia)

Iniciativa Comunitária

✓ Patrulha Ambiental Itinerante Regional do Araripe – Marques Jacob Pereira

Inovação Tecnológica

✓ Solução de Biodetergente Inovadora e Ambientalmente Correta para Remoção de Resíduos de Petroderivados Gerados em Ambientes Industriais e Oficinas — Asfora Sarubbo (Instituto Avançado de Tecnologia e Inovação — IATI)

Meio Ambiente Na Lente (fotografia)

✓ Flora apícola da Caatinga – Pedro de Assis Oliveira

Personalidade do Meio Ambiente

 ✓ Chefe Renato – Mais de 30 anos dedicados à proteção ao meio ambiente – Renato César Medeiros de Amorim (líder de grupo de escoteiros)

Projetos e Práticas Educacionais Ensino Fundamental I, II e Médio

 ✓ Horta na Escola: Praticando a Interdisciplinaridade e Desenvolvendo a Sustentabilidade – Lurdinalva Pedrosa Monteiro (escola da rede municipal de São Vicente Férrer)

Responsabilidade Ambiental

✓ Programa de Biodiversidade – Cristiano Augusto Felix (FCA – Jeep)

MELHORIA NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

.PLANOS INTERMUNICIPAIS DE RESÍDUOS SÓLIDOS – PIRS

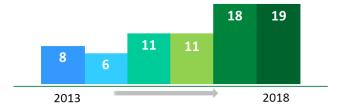
O Governo do Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, realizou o Seminário de entrega do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos (PIRS) do agrupamento 8, que contempla 10 municípios do Sertão do Araripe. Foram beneficiados dez municípios que fazem parte do agrupamento 8, são eles: Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade.

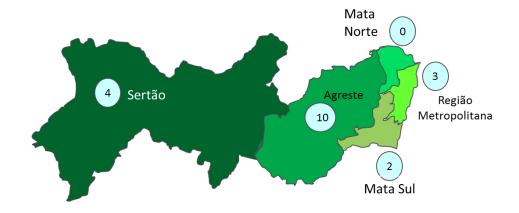


Em dezembro de 2018, em mais um passo da campanha institucional Lavando Limpo, de fiscalização e licenciamento das lavanderias industriais do Agreste do Estado, a CPRH realizou, em Toritama, o I Fórum Ambiental com enfoque nas lavanderias. O evento marcou o lançamento da cartilha Lavando Limpo, publicação da CPRH com informações sobre o licenciamento ambiental do setor e orientações sobre a destinação correta dos resíduos sólidos.

.ATERROS SANITÁRIOS

Crescimento de Aterros





Na busca pelo avanço na questão ambiental, mais precisamente na erradicação dos lixões, ao desde 2013 até 2018 já foram criados 11 aterros sanitários em Pernambuco. Com um crescimento de aproximadamente 2 aterros por ano no estado, em 2018 foi inaugurado em lati, Agreste Meridional, um novo aterro sanitário que atende de forma consorciada a oito municípios da região. O aterro funciona numa área de aproximadamente dez hectares e tem, entre seus equipamentos, recicletas que ajudarão no recolhimento de materiais reciclados, ajudando também no trabalho dos antigos catadores.





Do ponto de vista do controle ambiental dessas áreas, prezando por uma política de fiscalização transparente e eficiente, a CPRH, através do corpo técnico especializado, elaborou em 2018 o Manual de Fiscalização de Aterros Sanitários. Com orientações técnicas de procedimento para fiscalização de aterros, o manual visa padronizar e dar transparência à gestão de resíduos sólidos do estado.

.CADASTRO AMBIENTAL RURAL EM PERNAMBUCO

Em 2018, até o mês de setembro, foram cadastrados 274.183 mil imóveis no Cadastro Ambiental Rural em Pernambuco, (representando 89,96% do previsto), e realizado o mapeamento digital de 5.637.277 ha de área cadastrada (representando acima de 100% do previsto).

.CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSEVAÇÃO NO BIOMA CAATINGA

O Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema/PE) aprovou, em novembro, na 94ª Reunião Ordinária, a criação de duas novas Unidades de Conservação no Bioma Caatinga de Pernambuco: o Refúgio de Vida Silvestre Serras Caatingueiras, nos municípios de Salgueiro e Cabrobó, e o Refúgio de Vida Silvestre Serra do Giz, localizada entre os municípios de Carnaíba e Afogados da Ingazeira. Os estudos na região foram realizados pelas equipes técnicas da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semas), Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), com apoio da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), do Ministério da Integração Nacional (MI); e para o RVS Serra do Giz, com o apoio do Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan).

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO

.CAPACITAÇÃO

Realizado curso de Educação para Gestão Ambiental, uma parceria da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) com a Prefeitura de Caruaru. O curso teve a participação de gestores ambientais das 20 cidades do raio de atuação da Unidade Integrada de Gestão Ambiental (UIGA) de Caruaru.

Concluída a primeira etapa da formação de Agentes em Educação Ambiental – para atuação em Unidades de Conservação (UC) do Estado. A UC contemplada foi a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, no município de Tamandaré, Mata Sul do Estado. A capacitação teve a participação de 50 alunos, entre estudantes, professores, representantes de associações e de organizações não-governamentais, além de alguns conselheiros da APA de Guadalupe. O investimento do curso é feito com recursos da compensação ambiental.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO

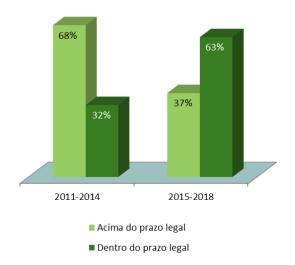
.DESBUROCRATIZAÇÃO

Durante o período de 2015 a 2018, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) envidou esforços para a desburocratização dos processos da agência. Através, principalmente, da implantação de ferramentas de tecnologia da informação, a autarquia conseguiu excelentes resultados para a gestão ambiental do estado, promovendo a melhoria da eficiência da agência.



Dentre as ações implantadas, destacam-se: o licenciamento digital, a integração com a REDESIM, assinatura digital das licenças, a criação do Sistema de Informações Geoambientais de PE — SigCaburé e as customizações evolutivas do Sistema de Licenciamento Ambiental SILIA.

O principal resultado da desburocratização é observado na redução do tempo de emissão de licenças. No período de 2015 a 2018 a gestão eficiente da autarquia resultou no aumento das licenças emitidas dentro do prazo legal e na redução das licenças emitidas fora do prazo legal, revertendo um cenário oposto que existia no período de 2011 a 2014.



Com essas ações a agência promove maior celeridade na análise de processos, a atração de novos empreendimentos e facilidade na captação de recursos financeiros além do desenvolvimento econômico sustentável com geração de empregos.

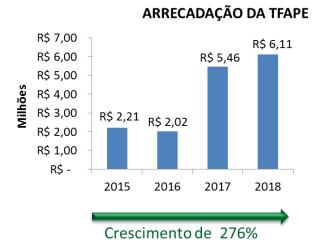
.VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES



Foi realizada a alteração da Lei nº 13.361, de 13 de dezembro de 2007, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Pernambuco – TFAPE, trazendo benefícios para os servidores.

Essas alterações proporcionaram a criação do Auxílio de Atividade de Fiscalização Ambiental (AIAFA) e do Auxílio Incentivo às Atividades de Controle Ambiental (AIACA), com o objetivo de fortalecer a atividade de fiscalização e reverter um ganho ao servidor resultante da arrecadação da TFAPE.

Dessa forma, evidencia-se um aumento significativo do montante da arrecadação da TFAPE, conforme se verifica no gráfico abaixo.



Ademais, convém registrar que, do valor arrecadado por meio da TFAPE, 30% (trinta por cento) do destinado à CPRH são transferidos à Secretaria de Defesa Social, para custear o aparelhamento e operações de fiscalização ambiental realizadas pela Organização Militar Estadual - OME da Polícia Militar de Pernambuco.

Este percentual foi criado através da alteração da Lei supracitada, visando proporcionar maior segurança para os fiscais da CPRH, além de contribuir para a estruturação dos órgãos parceiros que atuam na fiscalização do meio ambiente.

ICMS SOCIOAMBIENTAL







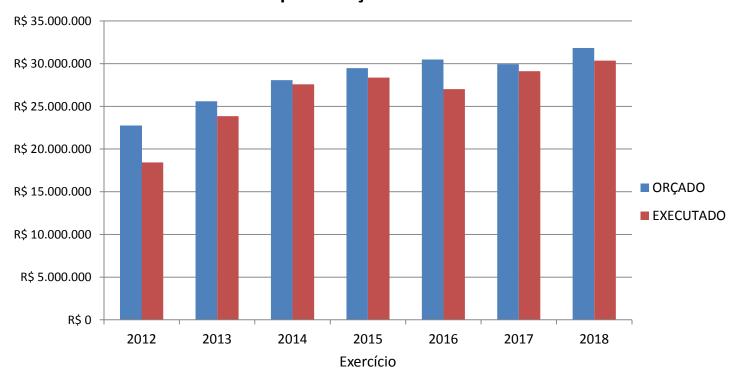
Visando regulamentar o último critério remanescente, referente à pontuação dos municípios para a concessão do ICMS Socioambiental, a CPRH iniciou o processo de elaboração e validação do Índice de Conservação de Mananciais (ICM) proposto para compor o ICMS Socioambiental de Pernambuco.

Inicialmente em uma experiência piloto envolvendo os municípios que formam a Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe, a previsão para 2019 é concluir a etapa de definição, quando o ICM deverá ser apreciado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) e, posteriormente, submetido à Assembleia Legislativa de Pernambuco — ALEPE para apreciação e deliberações. A construção do índice foi feita a partir de um contrato da CPRH com o Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco (PSHPE da Bacia do Capibaribe).

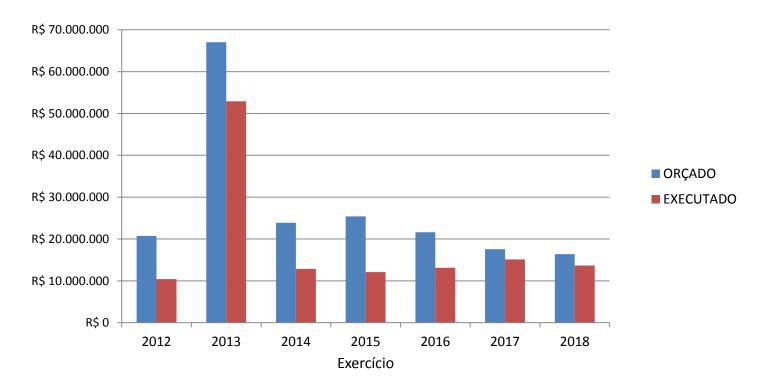
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (2012 – 2018)

EXERCÍCIO -	GRUPO 1		GRUPO 3		GRUPO 4		TOTAL	
	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO
2012	22.779.200,00	18.432.052,51	20.742.700,00	10.384.517,26	2.351.885,00	126.726,82	45.873.785,00	28.943.296,59
2013	25.599.500,00	23.859.347,73	67.020.000,00	52.900.405,89	1.860.000,00	546.761,05	94.479.500,00	77.306.514,67
2014	28.073.390,00	27.588.326,57	23.867.992,86	12.833.111,23	2.680.614,04	1.137.613,40	54.621.996,90	41.559.051,20
2015	29.482.900,00	28.362.457,20	25.412.100,00	12.104.202,41	3.494.700,00	229.156,23	58.389.700,00	40.695.815,84
2016	30.485.500,00	27.028.828,87	21.625.418,89	13.128.752,20	4.389.000,00	594.155,38	56.499.918,89	40.751.736,45
2017	29.936.510,00	29.122.654,66	17.551.791,56	15.118.165,67	5.501.408,62	1.422.556,70	52.989.710,18	45.663.377,03
2018	31.828.805,88	30.352.509,75	16.377.133,04	13.667.206,57	6.624.876,20	2.505.907,12	54.830.815,12	46.525.623,44
TOTAL	198.185.805,88	184.746.177,29	192.597.136,35	130.136.361,23	26.902.483,86	6.562.876,70	417.685.426,09	321.445.415,22

Grupo 1 - Orçado x Executado



Grupo 3 - Orçado x Executado



Grupo 4 - Orçado x Executado

